

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA REALIZADA EM ~~21 DE MAIO~~
DE 2025.**

17 De Junho

Data e horário: Aos dezessete de junho de dois mil e vinte e cinco, às 8h00, na sede do instituto. Presentes estavam: ADELSON CHAVES DOS SANTOS e NARA MARTINS MORETTI representantes dos servidores ativos, ELIETE MARIA DA SILVA, representante dos servidores inativos, ADEMIR PEREIRA, representante do Poder Executivo e REGINALDO APARECIDO NAVES representante do Poder Legislativo.

Ordem do dia:




1. Aprovação da ata de reunião anterior
2. Análise da ata do conselho administrativo
3. Aprovação da ata do comitê de investimento.
4. Análise dos Processo de empenho e Carteira de Invest. referente ao mês abril de 2025.
5. Conhecimento dos processos de aposentadoria e pensões do mês de abril de 2025.
6. Assuntos diversos.

Item 1º da ordem do dia. A leitura da ata da última reunião da composição anterior do Conselho Fiscal não suscitou novas discussões.

Item 2º da ordem do dia. O colegiado verificou que consta no site a ata do mês de fevereiro de 2025 do conselho Administrativo.

Considerando que os assuntos tratados já constam na ata anterior e que não foram adicionadas novas atas ao site, o Conselho não realizou nova análise das atas disponibilizadas pelo Conselho Administrativo.

Item 3º da ordem do dia. Recebemos a ata do Comitê de investimentos 04/25, assim como o enquadramento relativo a abril de 2025. O Conselho Fiscal observou que o Comitê de Investimento estima uma carteira real de: R\$ 1.794.149.350,79 (um bilhão setecentos e noventa e quatro milhões cento e quarenta e nove mil trezentos e cinquenta reais e setenta e nove centavos).

O enquadramento total do mês de abril somou R\$ 1.855.978.286,63 (um bilhão, oitocentos e cinquenta e cinco milhões novecentos e setenta e oito mil duzentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos).

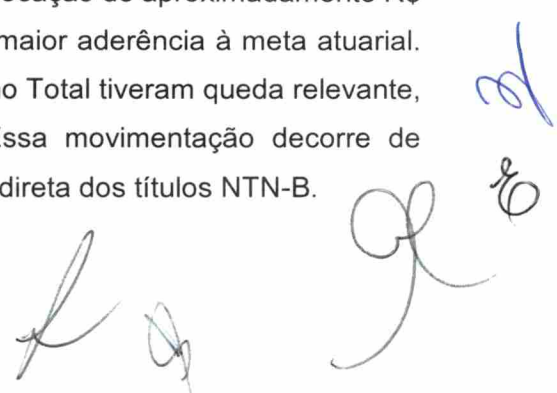
O Conselho fiscal observou que:

Em 14 de março de 2025, o Comitê de Investimentos da Pauliprev reuniu-se extraordinariamente para revisar a meta atuarial (fixada em 5,22%) e a Política de Investimentos 2025, sendo a mesma refeita no mês seguinte. Foi aprovada uma nova alocação de ativos, priorizando títulos públicos federais (principalmente NTN-B com vencimento até 2032 e IPCA + 7,20% ao ano), com redução em renda variável. Para viabilizar a estratégia, aproximadamente R\$ 80 milhões serão realocados com resgates de fundos do Banco do Brasil.

Em 20 de março, a Pauliprev participou remotamente de reunião com os gestores e cotistas do Fundo Incentivo II, após solicitações feitas em fevereiro sobre critérios do Parecer Técnico de 06/05/2024 e simulações de resgate. O fundo apresentou três cenários de valores atualizados com diferentes critérios (sem correção, IPCA + 6%, e rendimento de fundo DI). Apenas cinco institutos, incluindo Pauliprev, são reconhecidos como credores. A reunião não trouxe avanços significativos, e permanece a preocupação com a posição do TCE-SP sobre eventuais acordos extrajudiciais. O representante do TCE-SP presente não se manifestou.

Em relação a carteira de investimentos, no mês de abril de 2025, observou-se um aumento do patrimônio total da Pauliprev, que passou de R\$ 1.831.392.716,78 em março para R\$ 1.855.978.286,63 em abril, o que representa uma variação positiva de aproximadamente R\$ 24,6 milhões (+1,34%). Esse crescimento pode estar associado à valorização de ativos e à realocação estratégica de recursos. O segmento de renda fixa, embora tenha aumentado nominalmente de R\$ 1.453.114.112,63 para R\$ 1.466.289.678,50 (alta de R\$ 13,2 milhões), teve uma leve redução percentual na carteira, de 79,34% para 79,00%.

O destaque dentro da renda fixa foi a significativa ampliação da posição no fundo Carteira Longo Prazo (NTN-B), administrado pelo Banco do Brasil, que subiu de R\$ 1,059 bilhão em março (57,84% da carteira) para R\$ 1,228 bilhão em abril (66,21%). Essa alteração reflete a estratégia aprovada pelo Comitê de Investimentos, que deliberou pela realocação de aproximadamente R\$ 80 milhões em títulos públicos indexados ao IPCA, buscando maior aderência à meta atuarial. Como contrapartida, os fundos BB Prev Perfil e BB Prev Retorno Total tiveram queda relevante, reduzindo juntos mais de R\$ 150 milhões em alocação. Essa movimentação decorre de desinvestimento nesses produtos para dar suporte à aquisição direta dos títulos NTN-B.



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PERFORMANCE E ENQUADRAMENTO PERANTE A RESOLUÇÃO 4963/2021, ABRIL - 2025

Administrador	Fundo	PL	Categoria	%	Limite	Enquadramento	
SANTANDER	INSTITUCIONAL RF DI	R\$ 45.344.412,75	Renda Fixa	5,54%	70%	Artigo 7º, III, a) a) Fundos Renda fixa em geral.	
SANTANDER	INSTITUCIONAL RF DI (Adm)	R\$ 13.711.684,51	Renda Fixa				
BANCO BRASIL	BB PREV PERFIL	R\$ 26.337.335,99	Renda Fixa				
RJI	TMJ IMA B FI RF	R\$ 5.173.349,31	Renda Fixa				
PLANNER	FIRF PYXIS INSTITUCIONAL IMAB	R\$ 1.847.928,08	Renda Fixa				
RJI	TOWER RF FI IMAB-5 II	R\$ 8.824.431,35	Renda Fixa				
RJI	TOWER RF FI IMAB-5	R\$ 1.605.784,74	Renda Fixa	Total		R\$ 102.844.926,73	
CAIXA	CAIXA FIC BRASIL G. ESTRATEGICA	R\$ 85.646.377,45	Renda Fixa	6,07%	100%	Artigo 7º, I, b) b) Fundos referenciados 100% Títulos Públicos	
BANCO BRASIL	BB PREV RET TOTAL	R\$ 27.036.751,12					Total
BANCO BRASIL	CARTEIRA LONGO PRAZO (NTN-B)	R\$ 1.228.757.036,01	Renda Fixa	66,21%	100%	Art 7, I, a - Títulos Públicos do TN	
						Total	R\$ 1.228.757.036,01
GENIAL	PIATÁ RF LP PREV CRÉD. PRIV	R\$ 662.918,42	Crédito Privado	0,04%	10%	Artigo 7º, V, b - Fundos Renda fixa/Crédito Privado	
						Total	R\$ 662.918,42
CM CAPITAL	GGR PRIME I FIDC	R\$ 8.682.421,28	Renda Fixa - FIDC	1,15%	10%	Artigo 7º, V, a) a) Cota de classe sênior de fundos de investimento em direito creditório (FIDC)	
TRUSTEE	ILLUMINATI FIDC	R\$ 7.053.504,55	Renda Fixa - FIDC				
RJI	LME FIDC SENIOR	R\$ 5.027.421,33	Renda Fixa - FIDC				
SANTANDER	BBIF MASTER FIDC LP	R\$ 192.413,37	Renda Fixa - FIDC				
RJI	INCENTIVO MULTISETORIAL I	R\$ 375.906,24	Renda Fixa - FIDC				Total
RJI	FI MULTIMERCADO SCULPTOR CP	R\$ 27.634.195,78	Multimercado	1,49%	10%	Artigo 10º, Inciso I	
						Total	R\$ 27.634.195,78
RJI	HAZZ	R\$ 10.681.019,48	Imobiliário	1,13%	10%	Artigo 11º b) Fil presença 60% pregões 12 meses anteriores.	
RJI	BR HOTEIS FII	R\$ 9.613.323,76	Imobiliário				
TRUSTEE	INFRA REAL ESTATE FII	R\$ 397.613,85	Imobiliário				Total
RJI	INFRA SETORIAL	R\$ 19.553.218,71	FIP	2,01%	5%	Artigo 10º, II a) FIPs (que atendam requisitos governança).	
RJI	W7 FIP /INFRATEC	R\$ 644.069,34	FIP				
RJI	FIP GESTÃO EMPRESARIAL	R\$ 210.842,72	FIP				
BNY MELLON	ATICO FLORESTAL FIP	R\$ 4.237.752,24	FIP				
BFL	FIM FP1/FP2 LONGO PRAZO	R\$ 12.676.301,82	FIP				Total
RJI	ATICO GERAÇÃO ENERGIA	R\$ 0,00	FIP				
BRADESCO	GERAÇÃO FIA	R\$ 22.114.316,88	Ações	16,37%	40%	Artigo 8º, I a) Fundo de Ações	
ITAU	MOMENTO 30	R\$ 33.325.264,09	Ações				
BRADESCO	BAHIA BBM VALUATION II FIC FIA	R\$ 37.464.278,90	Ações				
BRADESCO	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	R\$ 84.384.733,64	Ações				
ITAU	ITAU AÇÕES DUNAMIS FIC	R\$ 81.041.621,88	Ações				Total
BRADESCO	BRADESCO FI AÇÕES SELECTION	R\$ 45.510.035,04	Ações				
TOTAL SEGMENTO RENDA FIXA		R\$ 1.466.289.678,50		79,00%	Resolução CMN N° 4963/2021		
TOTAL SEGMENTO RENDA VARIÁVEL		R\$ 303.840.270,43		16,37%			
TOTAL SEGMENTO EXTERIOR		R\$ 0,00		0,00%			
TOTAL SEGMENTO ESTRUTURADOS		R\$ 64.956.380,61		3,50%			
TOTAL SEGMENTO FII		R\$ 20.891.957,09		1,13%			
TOTAL GERAL		R\$ 1.855.978.286,63		100,00%			

Marcos André Breda
Diretor Presidente

Douglas Henrique Muncelli
Diretor Administrativo e Financeiro



ABRIL - Data de Referência: 28/04/2025 - Comitê de Investimentos - Paulprev							
Ativos	Saldo Inicial	Aplicações	Reprocess	Resgates	Rendimento	Rend %	Saldo Final
BANCO DO BRASIL S/S NTN-B	R\$ 1.059.328.597,55	R\$ 164.276.208,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.152.231,56	0,486%	R\$ 1.228.757.038,01
CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA RF	R\$ 79.554.400,96	R\$ 5.584.430,23	R\$ 0,00	-R\$ 847.247,54	R\$ 1.354.793,80	1,703%	R\$ 85.646.377,45
BB PREV RET TOTAL	R\$ 108.844.008,20	R\$ 2.626.345,85	R\$ 0,00	-R\$ 85.000.000,00	R\$ 566.397,07	0,520%	R\$ 27.036.751,12
BB PREV PERFL	R\$ 98.237.790,45	R\$ 9.390.347,87	R\$ 0,00	-R\$ 81.663.817,36	R\$ 373.015,03	0,380%	R\$ 26.337.335,99
SANTANDER INST FIC RF	R\$ 54.174.724,48	R\$ 10.990.535,69	R\$ 0,00	-R\$ 20.452.438,07	R\$ 631.590,65	1,166%	R\$ 45.344.412,75
SANTANDER INST FIC RF	R\$ 13.187.714,15	R\$ 941.882,05	R\$ 0,00	-R\$ 561.891,18	R\$ 143.979,49	1,092%	R\$ 13.711.684,51
BAHIA BBM VALUATION II FIC DE FIA	R\$ 35.241.689,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.222.589,53	6,307%	R\$ 37.464.278,90
GERAÇÃO FIA	R\$ 20.971.554,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.142.762,03	5,449%	R\$ 22.114.316,88
ICATU VANGUARDA DIIVENDO FIA	R\$ 82.553.082,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.831.650,67	2,219%	R\$ 84.384.733,64
BRADESCO SELECTION	R\$ 42.638.100,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.871.934,82	6,736%	R\$ 45.510.035,04
ITAU MOMENTO 30	R\$ 31.240.461,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.084.823,09	6,673%	R\$ 33.325.284,09
ITAU DUNAMIS FDO DE INVEST	R\$ 78.755.382,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.286.239,33	2,903%	R\$ 81.041.621,88
FUNDOS LIQUIDOS	R\$ 1.704.727.506,75	R\$ 193.809.750,59	R\$ 0,00	-R\$ 188.525.394,15	R\$ 20.662.007,07	1,21%	R\$ 1.730.673.870,26
TOWER BRIDGE RF FIMA-B 5	R\$ 1.741.036,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 135.251,53	-7,768%	R\$ 1.605.784,74
TOWER BRIDGE II RF FIMA	R\$ 8.930.827,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 106.395,69	-1,191%	R\$ 8.824.431,35
PIATA FIF LP PREV. CRED. FRIV	R\$ 672.669,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 9.751,19	-1,450%	R\$ 662.918,42
TMJ IMA B FIF	R\$ 5.084.627,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 88.721,44	1,745%	R\$ 5.173.349,31
FIF PYXIS INSTITUCIONAL IMAB	R\$ 1.850.259,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.330,94	-0,126%	R\$ 1.847.928,08
INCENTIVO MULTISECTORIAL I	R\$ 380.372,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.466,67	-1,174%	R\$ 375.906,24
LEME FIDC SENIOR	R\$ 5.048.323,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 20.901,75	-0,414%	R\$ 5.027.421,33
CITIBANK BBIF MASTER FIDC LP	R\$ 193.294,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 881,30	-0,456%	R\$ 192.413,37
FIDC GBX (PRIME)	R\$ 8.695.941,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 13.520,11	-0,155%	R\$ 8.682.421,28
ILLUMINA FIDC	R\$ 7.189.524,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 126.020,43	-1,753%	R\$ 7.063.504,55
FIM FPI LONGO PRAZO	R\$ 12.967.341,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 291.040,08	-2,244%	R\$ 12.676.301,82
FIMULTIMERCADO SCULPTOR	R\$ 27.727.662,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 93.466,74	-0,337%	R\$ 27.634.195,78
ATICO GERAÇÃO ENERGIA FIP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00
ATICO FLORESTAL	R\$ 4.238.997,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.245,47	-0,029%	R\$ 4.237.752,24
ATICO GESTÃO EMPRESARIAL I	R\$ 214.197,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.355,27	0,000%	R\$ 210.842,72
W7 - INFRA TEC FIP	R\$ 644.811,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 742,26	-0,115%	R\$ 644.069,34
ATICO RF FIMOBILIARIO - HAZ	R\$ 11.318.234,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 648.921,12	R\$ 11.705,69	0,103%	R\$ 10.681.019,48
BR HOTELS FII	R\$ 9.816.156,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.832,56	-0,029%	R\$ 9.813.323,76
FIP - INFRA SANEAMENTO	R\$ 19.551.984,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.234,26	0,006%	R\$ 19.553.218,71
INFRA REAL STATE	R\$ 398.945,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.933,87	R\$ 1.601,93	0,402%	R\$ 397.613,85
TOTAL	R\$ 1.831.392.716,78	R\$ 193.809.750,59	R\$ 0,00	-R\$ 189.177.249,14	R\$ 19.953.068,40	1,09%	R\$ 1.855.978.286,63



Foi apresentado o relatório financeiro do mês, destacando as movimentações na carteira de investimentos do mês de Abril de 2025.

No mês de abril de 2025, a carteira de investimentos da Pauliprev apresentou desempenho positivo, com uma rentabilidade consolidada de 1,09%, o que representou um rendimento financeiro de R\$ 19.953.068,40. O saldo inicial da carteira era de R\$ 1.831.392.716,78, tendo sido realizadas aplicações no valor de R\$ 193.809.750,59 e resgates de R\$ 189.177.249,14, resultando em um saldo final de R\$ 1.855.978.286,63.

Os fundos líquidos representam a maior parcela da carteira, com saldo inicial de R\$ 1.704.727.506,75 e saldo final de R\$ 1.730.673.870,26, gerando um rendimento de R\$ 20.662.007,07, o que corresponde a uma crescimento da carteira de 1,21% no mês.

Entre os destaques positivos estão os fundos:

- Bradesco Selection: rentabilidade de 6,736% (R\$ 2.871.934,82)
- Itaú Momento 30: rentabilidade de 6,673% (R\$ 2.084.823,09)
- Bahia BBM Valuation II: rentabilidade de 6,307% (R\$ 2.222.589,53)
- Geração FIA: rentabilidade de 5,449%
- Icatu Vanguarda Dividendo FIA: rentabilidade de 2,219%
- Itaú Dunamis FDO de Investimento: rentabilidade de 2,903%

Fundos de Menor Liquidez e Estruturados “ilíquidos”

O segmento de fundos estruturados ilíquidos apresentou resultado negativo. O saldo inicial deste grupo era de R\$ 126.665.210,03, com resgates de R\$ 651.854,99 e rendimentos negativos de R\$ 708.938,67, fechando o mês com saldo final de R\$ 125.304.416,37, representando uma rentabilidade negativa de -0,56%.

Entre os desempenhos negativos mais expressivos destacam-se:

- Tower Bridge RF IMA-B5: -7,768%
- Illuminati FIDC: -1,753%
- FIM FP1 Longo Prazo: -2,244%
- Piata FIP RF Prev. Cred. Privado: -1,450%
- Tower Bridge II RF IMA: -1,191%



Ainda que representem menor peso na composição geral da carteira, esses fundos exigem acompanhamento contínuo, especialmente os que vêm acumulando desempenhos insatisfatórios nos últimos períodos.

Alocações e Rebalanceamentos

Durante o mês, observou-se significativa movimentação de recursos entre fundos, com destaque para a aplicação expressiva no fundo Banco do Brasil S/S NTN-B, no valor de R\$ 164.276.208,90, que encerrou o mês com saldo superior a R\$ 1,22 bilhão.

Resgates substanciais nos fundos BB Prev Ret Total (R\$ 85 milhões) e BB Prev Perfil (R\$ 81,66 milhões), para estratégia de rebalanceamento de carteira. Essas movimentações demonstram atuação ativa na gestão dos recursos, com busca por alocações mais eficientes e aderentes à política de investimentos.

Abaixo, apresentamos a lista de aplicações e resgates realizados no mês de abril, cujas movimentações ocorreram conforme o previsto. As Autorizações de Aplicação e Resgate (APR), que registram em detalhe cada operação financeira realizada nas carteiras de investimentos do RPPS — incluindo informações sobre os ativos envolvidos, a origem e o destino dos recursos, os valores movimentados e as justificativas das transações — foram devidamente analisadas pelo Conselho Fiscal e encontram-se disponíveis para conferência no site oficial, conforme demonstrado na tabela a seguir.

As APRs referentes ao período foram devidamente analisadas, e o Conselho Fiscal não identificou nenhuma movimentação fora dos padrões.



NÚMERO		ABRIL		TIPO		VALOR		BANCO		FUNDO		JUSTIFICATIVA	
	DATA												
07/2025	01/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 847.247,54	CEF	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉG. RF								PAGAMENTO EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS
07/2025	01/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 8.193,99	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								PAGTO BLOQUEIO JUDICIAL BB
07/2025	01/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 8.193,99	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								PAGTO BLOQUEIO JUDICIAL CEF
09/2025	03/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 81.663.817,36	BB	BB PREV PERFIL								AQUISIÇÃO TÍTULOS PÚBLICOS NTN-B 2030
09/2025	03/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 81.663.817,36	BB	NTN-B TÍTULOS PÚBL. - TESOURO NACIONAL								NTN-B TÍTULOS PÚBLICOS - TESOURO NACIONAL
09/2025	04/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 230.543,40	BB	BB PREV RF ALOC. ATIVA RETORNO TOTAL								REPASSE CÂMARA PAULÍNIA
09/2025	04/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 216.659,87	BB	BB PREV PERFIL								REPASSE CÂMARA PAULÍNIA
09/2025	04/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 147.514,11	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								PAGTO RPV's
09/2025	07/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 9.173.888,00	BB	BB PREV PERFIL								APORTE PREFEITURA DE PAULÍNIA
09/2025	07/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 10.057.908,58	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								REPASSE PREFEITURA PAULÍNIA
09/2025	07/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 941.882,05	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								REPASSE PARA DESPESAS ADMIN. E REEMBOLSO PERIC MEDICA
09/2025	07/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 4.921.298,08	CEF	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉG. RF								REPASSES COMPREV RGPS e RPPS's
09/2025	08/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 648.921,12	CEF	HAZ - FUNDO DE INVEST. IMOBILIÁRIO								AMORTIZAÇÃO DE COTAS DO FUNDO HAZ
09/2025	08/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 659.736,55	CEF	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉG. RF								AMORTIZAÇÃO COTAS FUNDO HAZ. REPASSES COMPREV RPPS E ESTORNO
09/2025	08/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 8.193,99	BB	BB PREV RF ALOC. ATIVA RETORNO TOTAL								DEVOLUÇÃO ESTORNO AÇÃO JUDICIAL
09/2025	08/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 85.000.000,00	BB	BB PREV RF ALOC. ATIVA RETORNO TOTAL								AQUISIÇÃO TÍTULOS PÚBLICOS NTN-B 2030
09/2025	08/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 82.612.391,54	BB	NTN-B TÍTULOS PÚBL. - TESOURO NACIONAL								NTN-B TÍTULOS PÚBLICOS - TESOURO NACIONAL
09/2025	09/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 2.387.608,46	BB	BB PREV RF ALOC. ATIVA RETORNO TOTAL								SALDO AQUISIÇÃO TÍTULOS PÚBLICOS
09/2025	09/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 461,73	CEF	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉG. RF								REPASSES COMPREV HORTOPREV - HORTOLÂNDIA
09/2025	10/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 43.262,95	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								PAGTO FORNECEDORES
09/2025	14/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 7.900,92	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								PAGTO FORNECEDORES
09/2025	14/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 2.933,87	CEF	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉG. RF								RENDIMENTOS FUNDO INFRA REAL ESTATE
09/2025	15/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 109.702,80	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								PAGTO ADIANTAMENTO SALARIAL E FORNECEDORES
10/2025	16/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 2.916.884,94	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								PAGTO TRIBUTOS E APOSENTADORIA RESIDUAL
10/2025	16/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 63.555,67	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								PAGTO TRIBUTOS E FORNECEDORES
10/2025	22/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 62.371,82	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								CRÉDITOS RECURSOS JUDICIAIS E REPASSES PREVIDENCIÁRIOS
10/2025	25/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 798.654,09	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS ACORDOS 046, 048 e 828
10/2025	26/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 8.962,97	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								PAGTO FORNECEDORES
10/2025	28/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 102.381,39	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								PAGAMENTO RPV
10/2025	28/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 17.269.269,65	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								FOLHA PROVENTOS APOSENTADORIAS E PENSÕES +13º
10/2025	30/ABRIL/2025	RESGATE	R\$ 328.505,87	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								PAGAMENTO FOLHA SALARIAL E FORNECEDORES
10/2025	30/ABRIL/2025	APLICAÇÃO	R\$ 71.601,20	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI								PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR + REEMBOLSO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO






Destacamos as seguintes amortizações no mês de abril/2025:

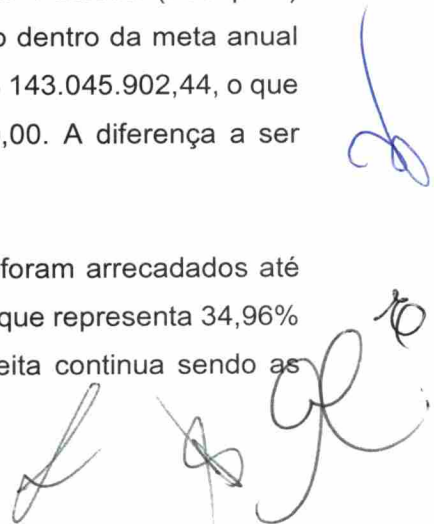
- No dia 14 de abril de 2025, a Pauliprev recebeu rendimentos do Fundo Infra Real Estate, CNPJ: 18.369.510/0001-04, no valor de R\$ 2.933,87 (dois mil novecentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos). Esse valor foi aplicado na Caixa Econômica Federal, no fundo CAIXA FIC Brasil Gestão Estratégica, CNPJ: 23.215.097/0001-55.
- No dia 08 de abril de 2025, a Pauliprev recebeu rendimentos do Fundo HAZ, CNPJ: 14.631.148/0001-39, no valor de R\$ 648.921,12 (seiscentos e quarenta e oito reais novecentos e vinte e um e doze centavos). Esse valor foi aplicado na Caixa Econômica Federal, no fundo CAIXA FIC Brasil Gestão Estratégica, CNPJ: 23.215.097/0001-55.

Item 4º da ordem do dia: O conselho analisou os documentos de empenhos disponibilizados referentes ao mês de abril/2025 onde foi constatado que: Os REPASSES da Prefeitura Municipal de Paulínia, incluindo o aporte, totalizaram R\$ 20.105.853,48 e os da Câmara Municipal de Paulínia totalizaram R\$ 444.899,49, sendo depositados conformes APR's. Também se verificou o valor de R\$ 67.625,15 referente ao Termo de Convênio entre Prefeitura e PAULIPREV, referente ao setor de perícias, verificou-se também o recebimento das parcelas 055/200 dos parcelamentos previdenciários nos 406 e 408/2020 totalizando R\$ 626.079,94 e da parcela 42/60 do parcelamento previdenciário nº 828/2021 totalizando R\$ 172.574,15, e do crédito total referente ao COMPREV, entre o RGPS e outros RPPS's no valor de R\$ 4.924.381,25.

Análise do Balancete de Receitas – abril de 2025 – Pauliprev

O Balancete de Receitas do Instituto de Previdência do Município de Paulínia (Pauliprev) referente ao mês de abril de 2025 evidencia um cenário de arrecadação dentro da meta anual prevista. Até o final do primeiro quadrimestre, o total arrecadado foi de R\$ 143.045.902,44, o que representa 34,82% da previsão orçamentária total de R\$ 410.900.000,00. A diferença a ser alcançada no restante do exercício é de R\$ 267.854.097,56.

No que se refere às receitas correntes de fonte do Tesouro Municipal, foram arrecadados até abril R\$ 75.924.620,50, frente a uma previsão de R\$ 217.203.000,00 – o que representa 34,96% do esperado para o ano. Dentro deste grupo, a principal fonte de receita continua sendo as



contribuições dos servidores ativos da prefeitura, que somaram R\$ 27.200.191,68, seguidas pelas contribuições patronais da mesma origem, no mesmo valor, o que evidencia regularidade nos repasses da parte do executivo municipal até o mês em análise.

Outro ponto de atenção está nas receitas oriundas da compensação previdenciária (COMPREV), que totalizaram R\$ 17.609.319,21 no acumulado do ano, representando 29,35% da meta de R\$ 60.000.000,00. Apesar de expressiva, essa arrecadação ainda está aquém do projetado e depende do ritmo de análise e aprovação dos processos pelo INSS.

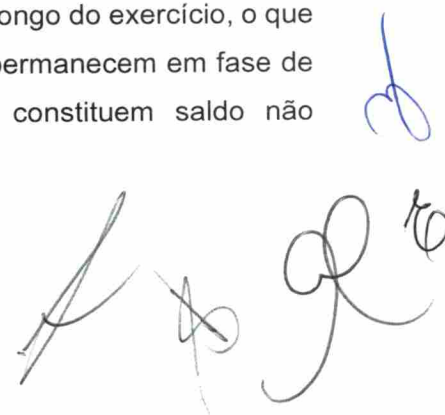
Quanto às contribuições patronais relativas a acordos de parcelamento de déficit atuarial, observa-se uma execução moderada. O aporte da Prefeitura, principal responsável por esse tipo de receita, foi de R\$ 35.353.039,08 até abril, frente a uma previsão de R\$ 105.000.000,00 (33,67% do total previsto).

Por fim, as receitas correntes intraorçamentárias também demonstram execução dentro do esperado. Foram arrecadados R\$ 67.121.281,94 de um total previsto de R\$ 193.697.000,00 para o ano, o que equivale a 34,66% do esperado. Essa categoria inclui repasses patronais, acordos de restituição e convênios específicos.

Em resumo, a execução orçamentária das receitas da Pauliprev até abril de 2025 encontra-se dentro de um patamar razoável para o primeiro quadrimestre, mas apresenta desafios expressivos em termos de desempenho das receitas financeiras e da compensação previdenciária. A atenção à regularidade dos repasses, à performance dos investimentos e à recuperação de créditos previdenciários será fundamental para o equilíbrio financeiro e atuarial da entidade ao longo do exercício.

Análise do Balancete de Despesas – abril de 2025 – Pauliprev

O Balancete de Despesas da Pauliprev, referente ao mês de abril de 2025, apresenta uma dotação orçamentária total autorizada de R\$ 410.900.000,00, integralmente empenhada até o momento. Desse total, foram efetivamente pagos R\$ 93.319.833,34 ao longo do exercício, o que representa 22,71% da despesa orçada, enquanto R\$ 256.706.098,68 permanecem em fase de pagamento (processados e a pagar), e R\$ 60.873.501,32 ainda constituem saldo não comprometido.



A maior parte das despesas concentra-se na ação orçamentária "Manutenção de Benefícios Previdenciários e Assistenciais", com R\$ 320 milhões autorizados. Deste montante, R\$ 84.500.326,51 já foram pagos, correspondendo a 26,41% da dotação. Essa ação contempla aposentadorias e pensões, evidenciando o foco principal da autarquia na cobertura dos benefícios previdenciários.

Outro destaque importante é o grupo de despesas com pessoal e encargos da administração (como vencimentos, encargos patronais, auxílio alimentação e transporte), cujo desempenho orçamentário indica execução parcial e controlada, geralmente com percentuais abaixo de 30%. Por exemplo, a ficha 1661 (vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil) teve R\$ 1.612.722,82 pagos até abril, o que representa 26,88% do total anualizado de R\$ 6.000.000,00.

No tocante às sentenças judiciais, foram pagos R\$ 1.091.341,57, de um total autorizado de R\$ 15 milhões – apenas 7,28% do valor previsto, o que demonstra baixa execução neste grupo, embora possa haver pagamentos de grande volume no segundo semestre ou no ano seguinte, dependendo do valor da sentença, consubstanciando em RPV ou Precatório.

A reserva de contingência, com dotação de R\$ 25.950.000,00, não teve nenhuma execução até abril, o que está de acordo com a natureza da reserva, geralmente acionada em situações extraordinárias.

Por fim, cabe mencionar a ação "Construção de Sede para o Pauliprev", com dotação de R\$ 2.000.000,00, que aparenta ter reduzido em relação a anos anteriores, rubrica esta que também não apresentou execução orçamentária no período.

Resumo da execução orçamentária até abril de 2025:

Dotação total autorizado ano: R\$ 410.900.000,00

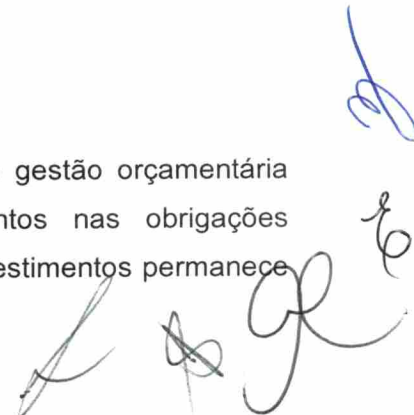
Pago até abril: R\$ 93.319.833,34 (22,71%)

Empenhado total: R\$ 350.025.932,02 (85,19%)

Saldo disponível (não empenhado): R\$ 60.873.501,32

Reservado ou processado a pagar: R\$ 256.706.098,68

A execução das despesas da Pauliprev até abril de 2025 revela uma gestão orçamentária conservadora e planejada, com maior concentração de pagamentos nas obrigações previdenciárias. A execução de despesas administrativas, projetos e investimentos permanece



moderada, dentro de um perfil de responsabilidade fiscal e de priorização dos compromissos com os beneficiários do regime.

Item 5º da ordem do dia. O colegiado teve conhecimento dos seguintes processos de aposentadorias e pensões referente ao mês abril de 2025. Os processos foram disponibilizados na sede da autarquia para consulta.

Matrículas dos Aposentados e Pensionistas – 7258-0, 13283-0, 9815-0, 6799-0, 8269-0, 9032-0, 3332-0, 5909-0

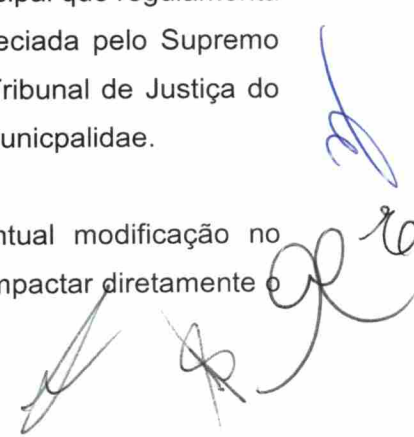
Item 6º da ordem do dia. O Conselho Fiscal, no decorrer da conferência dos documentos contábeis e fiscais, bem como da discussão de outros assuntos pertinentes a este colegiado, fez algumas observações e sugestões:

O Conselho Fiscal tomou conhecimento que o Tribunal de Contas do Estado convocou aposentados vinculados à Pauliprev para averiguação da regularidade dos proventos pagos, o que gerou insegurança jurídica e alvoroço entre os beneficiários, especialmente durante o final de semana. Devido ao curto espaço de tempo entre a convocação e a data de comparecimento, alguns servidores ficaram preocupados com a situação que foge as possibilidades do pauliprev o qual encaminharam as convocações imediatamente.

Os conselheiros discutiram enviar, até o dia 24/07, suas posições individuais sobre a proposta de Segregação de Massas apresentada. O Conselho Fiscal já realizou duas reuniões específicas para tratar do tema (sendo uma na composição atual). O Conselho Fiscal observa que é necessário avaliar a estrutura organizacional e técnica mínima para a implementação da segregação, o que inclui a existência de recursos humanos com conhecimento previdenciário e atuarial, softwares compatíveis com a gestão dos dois planos, além de relatórios e acompanhamentos atuariais periódicos. Sendo fundamental acompanhar o estudo técnico preliminar elaborado por atuário ou consultoria contratada para subsidiar as decisões.

O Conselho Fiscal debateu os desdobramentos da chamada “ADIN das Educadoras Infantis”, que trata da Ação Direta de Inconstitucionalidade movida contra a lei municipal que regulamenta a atuação dessas profissionais em Paulínia. A matéria encontra-se apreciada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após recursos interpostos contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP). Não cabendo mais recursos por parte da municipalidade.

Os conselheiros manifestaram atenção ao tema, uma vez que eventual modificação no enquadramento funcional ou no vínculo jurídico das educadoras poderá impactar diretamente o



cálculo de tempo de contribuição, enquadramento previdenciário e, conseqüentemente, o passivo atuarial do Instituto.

Ficou registrado que o Conselho Fiscal segue acompanhando de forma atenta as medidas judiciais e administrativas adotadas pela Prefeitura, dada sua relevância para a estrutura e o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, especialmente quanto aos critérios de aposentadoria aplicáveis a este grupo de servidoras.

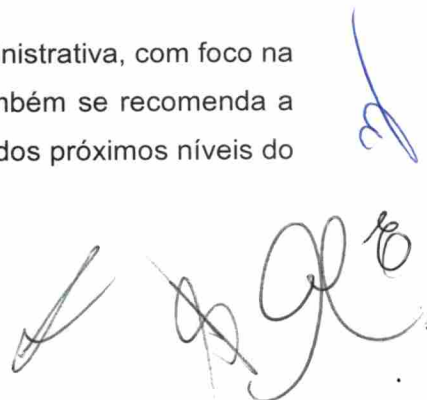
Foi trazido pela conselheira Eliete a discussão de elaboração de proposta para criação de um programa de educação financeira e renegociação de dívidas para servidores ativos e inativos com margem consignável comprometida. Também foi sugerida a criação de uma linha própria de empréstimo consignado pela Pauliprev, em parceria com uma instituição financeira, com taxas atrativas. A proposta exige análise sobre os limites legais e constitucionais, especialmente no que tange ao possível conflito de função entre o papel previdenciário da Pauliprev e sua eventual atuação como agente financeiro. Chegou-se a conclusão que o momento não é oportuno para Pauliprev dar início a tal iniciativa visto que as taxas de juros se encontram muito mais atrativas, e endividar o servidor oferecendo juros baixo traria um problema atuarial e econômico.

Cerca de mil segurados apresentam dívidas com valores próximos a R\$ 1.045,00 mensais, acreditamos ser reflexo da pandemia, do envelhecimento da força de trabalho e da redução da renda real. Considera-se relevante a realização de um diagnóstico financeiro dos segurados, com propostas de medidas educativas e preventivas.

Foi debatido o porquê os Softwares devem ser licenciados, não comprados, sendo informado pelo contador que a licença é mais viável pois não necessita de compra de atualizações constantes.

O conselho observou que dois aparelhos de ar-condicionado foram substituídos por falhas elétricas associadas. Foi verificado que os aparelhos em questão já passaram por diversas manutenções dado o seu tempo de uso não sendo mais viável o reparo.

O Conselho observa que é necessária a reestruturação da Diretoria Administrativa, com foco na segregação de funções, evitando acúmulo e desvio de atribuições. Também se recomenda a análise dos cargos técnicos da Pauliprev a fim de cumprir as exigências dos próximos níveis do pró gestão. conforme exigido pela legislação e pelas boas práticas.



Os Conselheiros deliberaram externar a opinião individual sobre a segregação de massas após os estudos apresentado:

ADEMIR PEREIRA

“A segregação de massas é uma medida adotada pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. Ela separa os servidores em dois grupos: a massa financeira, formada por aposentados e pensionistas, e a massa capitalizada, composta por servidores ativos. Essa divisão permite que o município assuma o custeio dos benefícios já concedidos, enquanto as contribuições dos servidores ativos são investidas para garantir suas aposentadorias futuras.

A importância da segregação está em proteger os recursos previdenciários, garantir maior controle e transparência, e exigir que o município cumpra sua parte no financiamento. Além disso, o sucesso do modelo depende da veracidade das informações, da qualidade dos cálculos atuariais e do cumprimento rigoroso do plano de custeio.

A situação vem sendo discutida desde 2023 entre o Instituto, a Prefeitura e os órgãos de controle, devido à necessidade de se buscar alternativas para assegurar a sustentabilidade do regime no longo prazo. Trata-se de um tema técnico e sensível, que exige responsabilidade e comprometimento por parte de todos os envolvidos.”

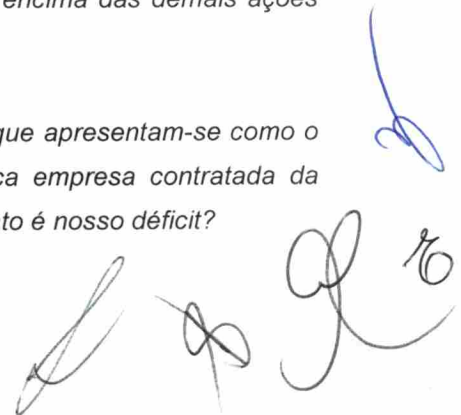
ELIETE MARIA DA SILVA

“A segregação de massa chegou ao nosso conhecimento no final de 2023 infelizmente de forma “avassaladora”, haja visto que ninguém tinha conhecimento desse tipo de proposta de mudança, causando estranheza, medo e preocupação.

Passado quase dois anos e retomado o assunto após a realização de audiência pública, a segregação da massa gera ainda muitas dúvidas.

Dentre as possíveis ações, conforme estabelece a Portaria 1467/22 quando do déficit atuarial, a segregação seria a melhor estratégia de fato?. Foi realizado outros estudos encima das demais ações elencadas na referida Portaria para se chegar a esta conclusão?

Além do mais, alguns dados ainda parecem inconsistentes (há tres valores que apresentam-se como o déficit atuarial : CADPREV /2024 - déficit de 1,7 bi, no relatório da Lógica empresa contratada da PAULIPREV -déficit de 4,1 bi e da FIPE 3,1 bi). É muita diferença, Qual de fato é nosso déficit?



Não posso negar que me sinto insegura quanto ao futuro, considerando que ao meu ver o problema só será adiado para gestões futuras, ressaltando que a PMP avalia a dificuldade de pagamento de aportes futuros, considerando o valor estimado para os mesmos, e como terá então condições de arcar com uma massa inteira de segurados também, associado ainda a questão da reforma tributária que Paulínia enfrentará que diminuiu sensivelmente sua arrecadação que nos estudos não foi citada?

Avalio que apesar do tempo já decorrido ainda não fica claro para mim diante dos pontos citados acima que a segregação é a única e melhor solução.”

REGINALDO APARECIDO NAVES

“A minha visão sobre a Segregação de Massa é que ela se assemelha a um remédio amargo. Não é agradável de discutir e tampouco de aplicar, mas pode ser necessária para garantir a saúde financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores.

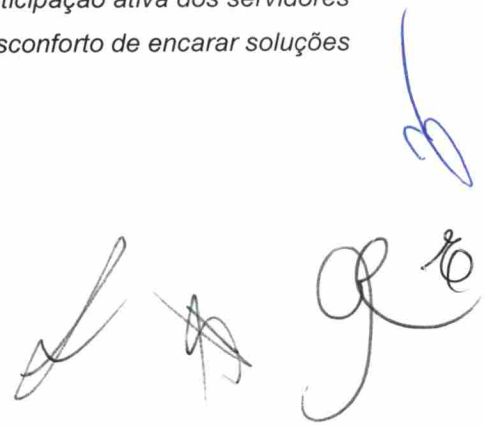
Falar sobre o assunto exige responsabilidade e maturidade institucional. A medida visa separar os segurados em dois grupos: um com cobertura por repartição simples (fundo deficitário) e outro por capitalização (novo fundo), o que permite isolar o passivo atuarial acumulado — algo apontado em sucessivos relatórios e auditorias, inclusive por órgãos como o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

A segregação é prevista pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e respaldada na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e pela Lei nº 9.717/98, que tratam da organização dos RPPS e da necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial.

Em pesquisa feita em que já adotaram esse modelo, como:

- São José dos Campos (SP), que faz revisão quinquenal do modelo.*
- Joinville (SC), que permite o uso controlado de superávits para equalizar os fundos.*
- Fortaleza (CE), que após tentativa de segregação, optou por fundir os fundos novamente.*

No meu ponto de vista, a segregação deve ser tratada como medida técnica, não política. Deve ser acompanhada de revisão constante, transparência nos dados, participação ativa dos servidores e mecanismos de correção. O risco de não agir pode ser maior do que o desconforto de encarar soluções amargas, porém necessárias.”



NARA MARTINS MORETTI

“Em relação aos estudos apresentados pela empresa Fipe sobre cobertura do déficit atuarial e plano de custeio do instituto previdenciário: Considerando que a empresa não apresentou opções de custeio, centrando apenas em como efetivar uma única alternativa: a segregação de massas .

Considerando, portanto, que não foram cogitadas outras opções de correção do déficit atuarial e que, somente em um segundo momento, a empresa contratada apresenta, de forma atrelada ao projeto de segregação de massas, o aumento da alíquota patronal e a possibilidade da transferência do imposto renda, como parte do plano.

Considerando que, refletir sobre cobertura e planejamento do custeio do instituto previdenciário, está atrelado a fatores externos que dependem das decisões do poder executivo como, por exemplo, política de contratação direta para novos contribuintes do instituto, e que essas decisões influenciam as premissas dos cálculos previdenciários. Além de fatores internos como boa gestão dos ativos aplicados no mercado financeiro.

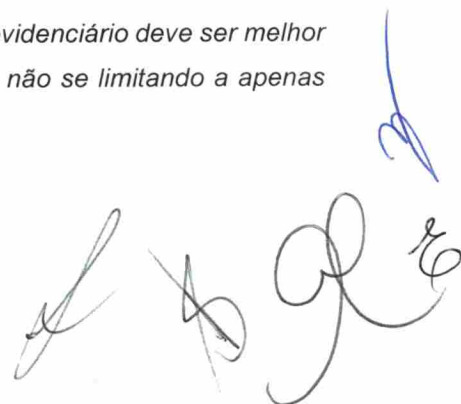
Considerando que, sobre o atual plano de custeio há pontos que ainda não foram esclarecidos pela Fipe, relacionados à questão dos valores futuros bem como dos valores presentes e se os mesmos podem ser atualizados em equilíbrio financeiro entre prefeitura e instituto previdenciário .

Considerando ainda que o instituto, devido uma boa gestão, apresenta superávit financeiro, pode-se aguardar o novo censo previdenciário para se considerar com maior exatidão a necessidade e qual o melhor plano de custeio do instituto previdenciário .

Lembrando ainda nessas considerações, que diversas mudanças já foram feitas com a premissa de se solucionar o déficit, com base em dados mais sólidos e atualizados e, mesmo assim, o problema persiste.

E, finalmente, considerando que a aplicação da segregação de massas, que seria uma entre outras possibilidades, demanda enorme impacto na atualização e modificação na estrutura do instituto previdenciário, o que não está claro no estudo, pode vir a sobrecarregar alguns setores gerando mais custos administrativos de pagamento de folha, direta ou indireta. Além de se tratar de uma mudança muito profunda na própria configuração e função do Instituto Pauliprev.

Portanto, diante do exposto, meu voto é que o plano de custeio do instituto previdenciário deve ser melhor debatido, a partir de novos dados de censo previdenciário, e, além do mais, não se limitando a apenas uma única possibilidade de construção de plano de custeio.”



ADELSON CHAVES DOS SANTOS

“A segregação de massas em um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é uma forma de garantir mais organização e segurança no custeio das aposentadorias dos servidores públicos. Essa separação divide os segurados em dois grupos: a massa financeira, que inclui aposentados, pensionistas e servidores aposentados e ou, próximos da aposentadoria, e a massa capitalizada, formada pelos servidores ativos mais jovens, ou de acordo com a divisão adotada. O grupo da massa financeira é custeado diretamente pelo município, que deve contribuir com valores suficientes para garantir o pagamento dos benefícios atuais. Já a massa capitalizada tem suas contribuições investidas para formar um fundo que será utilizado no futuro.


Essa divisão é importante porque obriga o município a assumir de forma clara o compromisso de financiar a aposentadoria dos inativos e de manter os repasses em dia. Para que o modelo funcione corretamente, é essencial que os cálculos atuariais — que estimam quanto será necessário pagar no futuro — sejam feitos com base em dados corretos e atualizados. A veracidade das informações utilizadas nesses estudos é fundamental para que o plano de custeio seja justo, equilibrado e reflita a realidade do RPPS.

Além disso, o município deve cumprir rigorosamente o plano de custeio aprovado, realizando os repasses exigidos dentro dos prazos. Quando isso não acontece, o desequilíbrio no sistema aumenta e pode comprometer o pagamento dos benefícios no futuro. Por isso, a segregação de massas também representa uma forma de responsabilizar o ente público, que precisa manter seu compromisso com a previdência dos servidores.

Em resumo, a segregação de massas fortalece a gestão do RPPS, garante mais transparência nos gastos, exige compromisso do município com o financiamento da previdência, e protege os direitos tanto dos aposentados de hoje quanto dos servidores ativos que ainda vão se aposentar, desde que, cumprida em sua íntegra e de forma transparente, valendo-se de dados fidedignos.”



Paulínia, 17 de junho de 2025.



ADELSON CHAVES DOS SANTOS

Presidente Conselho Fiscal

CP RPPS CONFIS II

CPA-20



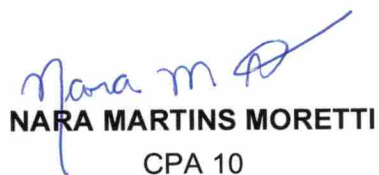
REGINALDO APARECIDO NAVES

CP RPPS CONFIS I



ADEMIR PEREIRA

CP RPPS CONFIS I



NARA MARTINS MORETTI

CPA 10



ELIETE MARIA DA SILVA

CP RPPS CONFIS I



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO FISCAL
21 de maio de 2025, às 8h30

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	ADEMIR PEREIRA	
2	ADELSON CHAVES DOS SANTOS	
3	ELIETE MARIA DA SILVA	
4	NARA MARTINS MORETTI	
5	REGINALDO APARECIDO NAVES	